

PSB defende reeleição de Lídice ao Senado

Executiva na Bahia volta a defender a reeleição de Lídice ao Senado na chapa de Rui

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A senadora Lídice da Mata e demais filiados do PSB lotaram ontem a sede do partido para participar do Congresso Estadual da sigla. Cerca de 400 pessoas estiveram presentes. Prefeitos e mais de 150 vereadores se encontraram no ato político, que contou ainda com presença do governador Rui Costa (PT), do vice-governador João Leão (PP), e do secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação,

Vivaldo Mendonça. Durante o congresso, foram debatidos assuntos como o panorama nacional e a política baiana, bem como os rumos do PSB nas Eleições 2018. Além disso, foram eleitos os delegados que participarão do Congresso Nacional do partido, que será realizado nos próximos meses em Brasília.

Lídice foi reconduzida ao comando da sigla no Estado. Ela voltou a afirmar que o partido deve ter a preferência na chapa petista em 2018. "Esse encontro mostra que o PSB está forte e que o partido busca o seu espaço na política da Bahia, sem abrir mão das suas bandeiras históricas a favor do povo baiano e da cidadania", destacou a presidente estadual e agora líder do PSB no Senado.

Rui reafirmou a aliança com a legenda no próximo pleito. "O PSB tem uma longa história política no Brasil, tem uma lógica de compromisso com a população e eu parabeno a senadora Lídice pelo seu papel destacado na defesa dos interesses da Bahia e dos baianos. Sua participação foi decisiva para que o PSB se mantivesse do lado das causas populares e inclusão social no Brasil", afirmou o governador. O vice-governador João Leão também garantiu que a parceria com o PSB



DIRIGENTES do partido se reuniram ontem, na presença do governador Rui Costa

continua. "Vamos enfrentar essa crise juntos e podemos dizer que a Bahia vai muito bem, obrigado", completa.

Para o deputado federal, Bebeto Galvão (PSB), a Bahia conduziu o Diretório Nacional ao reposicionamento diante dessa crise política e econômica que o Bra-

sil passa. "Fechamos questão contra as reformas e outros temas, reafirmando os nossos 70 anos de história. Vamos continuar lutando, ainda mais agora com Lídice sendo líder no Senado", disse. A deputada estadual Fabiola Mansur (PSB) reafirmou o discurso da militância que quer Lídice como

candidata à reeleição em 2018. "Temos a maior senadora dos últimos tempos, em termos de coragem, fibra, ética, honestidade e compromisso com a história do nosso partido. Lídice serve de inspiração para todos nós. O time de socialistas na Bahia precisa lutar pela sua reeleição", afirmou.

"Temos a tarefa de lutar pela vaga", diz deputado

O deputado estadual Angelo Almeida (PSB) agradeceu aos socialistas pela forma que foi recebido no partido e destacou a importância da liderança da senadora. "Temos a tarefa de lutar pela vaga de Lídice no Senado. Esta tarefa não vai ser feita por outros partidos, tem que começar a ser construída por nossas bases. A chapa que vai se formar em 2018 tem que contar com a força, resis-

tência e militância partidária de Lídice", ressaltou o parlamentar.

Atualmente, a senadora briga por espaço na segunda vaga majoritária ao Senado.

A primeira deve ser ocupada pelo secretário do Desenvolvimento Econômico e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). Entretanto, recentemente surgiram rumores de que o petista pode sair com uma chapa presidencial no

próximo pleito caso o ex-presidente Lula seja impedido de se candidatar por conta de problemas com a Justiça. Ainda no evento do partido, o secretário-geral do PSB da Bahia, o ex-deputado Domingos Leonelli, comemorou que o PSB tivesse fechado questão como oposição ao governo Temer e disse que um partido socialista deve pensar sempre no bem dos trabalhadores e da população.

Câmara vota projeto de delimitação de bairros em Salvador

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A Câmara Municipal de Salvador deve votar o projeto de delimitação de bairros da cidade esta semana. A cidade vai ganhar atualização da divisão territorial. A nova proposta fará a divisão da cidade em 160 bairros e três ilhas – de Maré, dos Frades e de Bom Jesus dos Passos. A construção do projeto de lei de atualização dos bairros e do território urbano de Salvador teve como base o estudo "O Caminho das Águas em Salvador – Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes". Realizado entre os anos de 2006 e 2010, a iniciativa teve a coordenação da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e participação maciça

da Prefeitura, do governo do estado e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, as empresas e concessionárias que atuam na capital baiana trabalham com mais de 400 bairros. "Nós temos uma sessão deliberativa na segunda-feira, com a votação de projetos do executivo. Um deles é um estudo da UFBA, junto com a Prefeitura e o Governo do Estado, através da Sedur e Conder. Estabelece 160 bairros em Salvador. Nominam em função das bacias hidrográficas e outros aspectos", explicou o vereador José Trindade (PSL) à Tribuna. "É um projeto apartidário, porque foi feito por várias mãos. Esse projeto nós devemos votar porque é um estudo que foi feito com estudo.

Devemos votar com a inclusão de uma emenda que estabelece o Bairro de 2 de Julho no Centro da Cidade", completou o líder da oposição. Também não haverá Superterça. No lugar, será feita uma Sessão Ordinária.

A nova legislação prevê a revisão a cada dez anos, no intuito de acompanhar a evolução da cidade e tendo como horizonte a realização do censo demográfico. "A lei em vigor está fora de contexto. Só para se ter uma ideia, Itapuã ainda era um lugar de veraneio, por exemplo. Com a nova proposta, todos os órgãos públicos e empresas passarão a ter informações unificadas para prestação dos serviços", afirmou o secretário da Sedur, Guilherme Bellintani, em junho.



VEREADORES devem votar o projeto de delimitação de bairros da cidade

Supremo Tribunal Federal pode julgar ação que veda coligações na proporcional

DAS AGENCIAS

Os parlamentares costumam fazer críticas ao que consideram interferência do Judiciário em assuntos do Legislativo, mas a reforma política poderá ser o próximo assunto que acabará nas mãos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por falta de ação dos próprios deputados. O alerta foi feito pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, em encontros com congressistas para tratar da votação da reforma política pela Câmara. O tema que poderá migrar do Legislativo para o Judiciário é o que trata das coligações entre os partidos nas eleições proporcionais. É o que mostra reportagem de Cristiane Jungblut, O Globo.

Essa é considerada uma das principais disfunções do sistema eleitoral brasileiro, uma vez que os eleitores escolhem para representá-los na Câmara deputados de uma linha ideológica e podem acabar elegendo outros, com bandeiras muito distintas. Em 2010, por exemplo, os eleitores de São Paulo que votaram em Tiririca (PR) para deputado acabaram ajudando a eleger Protógenes Queiroz (PCdoB). Além disso, a aliança majoritária hoje no STF é que as coligações partidárias foram focos de irregularidades apontadas pelas próprias investigações da Lava-Jato e que não seria possível

manter o atual sistema na eleição de 2018. O caso seria discutido usando uma brecha em ação já em análise no STF, caso a Câmara não consiga avançar na votação da reforma política. O alvo é uma ação ajuizada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que trata da distribuição das vagas decididas pelo atual modelo.

A três semanas do fim do prazo para aprovar e sancionar qualquer mudança na legislação, a reforma política ganhou contornos de novela na Câmara. Os parlamentares não vencem o impasse, e a próxima semana é considerada a última para alguma votação, até porque depois a pauta será paralisada com a chegada da segunda denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o presidente Michel Temer. Em

recente entrevista ao GLOBO, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o STF poderia mudar as regras de coligações em eleições proporcionais se for apresentada ação questionando a regra.

"Há problemas no sistema brasileiro que comprometem a Constituição. Por exemplo, as coligações em eleições proporcionais violam a Constituição. É muito fácil demonstrar. Se o PT se coligar em determinada eleição com o PRB, o eleitor que votou numa líder feminista do PT pode estar elegendo um pastor evangélico do PRB. Ou vice-versa. Isso é uma fraude ao princípio representativo. O meu voto foi parar num lugar que eu não queria. Isso é inconstitucional. Eu acho que, se o Congresso não mudar, o Supremo pode", disse o ministro Barroso.

Rodrigo Maia tenta, sem sucesso, votar projeto

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentou votar as propostas de reforma política na última quarta, mas, mais uma vez, o resultado foi um fracasso. Amanhã haverá nova tentativa. Muitos líderes partidários, porém, já não acreditam na possibilidade de aprovar algo. Há duas propostas de emenda constitucional: a PEC relatada pela deputada Shéridan, que trata justamente do fim das coligações nas eleições propor-

cionais e da adoção de uma cláusula mínima de desempenho para os partidos; e a PEC relatada por Vicente Cândido, que quer mudar o sistema eleitoral e criar um fundo público para políticos. Essa última é considerada mais polêmica, mas, como está sendo negociada de forma casada com a outra, ainda não houve avanço. O líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB), disse estar claro que o STF tomará alguma medida para



POR FALTA DE AÇÃO dos deputados federais, caberá aos ministros do Supremo decidir proposições da reforma política

disciplinar as eleições se o Congresso nada fizer. Efraim fez esse alerta inclusive na última sessão, quando o impasse permaneceu. "Se o plenário agir com omissão ou inércia, o vazio será ocupado pelo TSE ou pelo STF. E não poderemos reclamar", disse Efraim". O clima de hoje é a pauta travada. A maioria quer a mudança do sistema eleitoral, mas não tem quorum para aprovar. Não há os 308 votos necessários para aprovar PEC.